

Basta de perseguições, assédio e racismo no CSEB!

O SINTUSP recebeu uma carta com o título “Resposta ao Boletim do Sindicato dos Trabalhadores da USP de 21 de Maio de 2024 ” que estava assinada por trinta e uma das 114 trabalhadoras/es do CSEB, sendo duas delas contratadas pela própria USP e outras 29 contratadas pela SPDM, (Organização Social de Saúde) contratada pela prefeitura do município, para prestar serviços de atendimento no CSEB, a partir de um convênio firmado com a universidade. Mais um meio para privatização da saúde e de desvio de verbas públicas para o setor privado. Nesse boletim, tentaremos dialogar seriamente com o conteúdo da carta e as reais intenções, dos seus idealizadores e idealizadoras, que acreditamos não serem as mesmas de todas/os seus signatários/as.

Como indica o título, a referida carta teria, supostamente, o objetivo de responder a um [boletim publicado pelo sindicato \(ver aqui\)](#) denunciando práticas de assédio moral, de racismo e também de ação antissindical, por parte da direção daquele Centro de Saúde.

No entanto, a carta não respondeu absolutamente nada sobre a veracidade, ou não, das denúncias contidas no referido boletim, pelo contrário; limita-se a um único e triste propósito: defender a direção do centro de saúde, contra as denúncias que não são do sindicato e sim de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores do centro de saúde que estiveram presentes em duas reuniões com esse sindicato, que não fez mais do que cumprir sua obrigação de tornar público as práticas absurdas e inadmissíveis do atual diretor do CSEB e exigir que as mesmas cessem imediatamente. Mas os autores da carta tentam desqualificar o boletim e deslegitimar as denúncias, sem demonstrarem a coragem necessária para dizer que os fatos denunciados não são verdadeiros.

Primeiro, taxam as denúncias de “levianas, irresponsáveis, desacauteladas, insensatas, precipitadas e impudentes” e que, supostamente podem trazer “consequências para o serviço e para a comunidade”, mas, para além dos adjetivos, não entram no conteúdo das denúncias e não dizem nada que ajude a esclarecer quais consequências poderiam ser essas. De nossa parte, esperamos que as práticas autoritárias e assediadoras sejam banidas do Centro de Saúde, e se para isso os autoritários precisarem ser banidos juntos, essa seria uma consequência desejável.

Depois, na busca do mesmo propósito, os autores da carta também buscam afirmar que, “não compactuam com qualquer forma de violência, assédio e racismo” e que, supostamente, defendem “a autonomia e liberdade de organização” e que, ainda supostamente, pactuam com os direitos da classe trabalhadora se organizar em defesa de seus direitos, assim como a garantia de atuação das organizações sindicais”. O problema é que todas

essas frases bonitas estão empregadas exatamente numa débil tentativa de dar aspectos progressistas a uma carta que conspira contra tudo isso que dizem defender, já que se trata de uma carta em defesa do atual diretor do Centro de Saúde e da sua equipe de direção. O mesmo diretor que teve uma conduta antissindical quando não permitiu a participação plena de duas delegadas NEGRAS no oitavo congresso do sindicato, a mesma direção assediadora que persegue, ameaça e que está tentando punir uma trabalhadora NEGRA, depois de haver levado outra trabalhadora, também NEGRA, a desenvolver a síndrome de Burnout. A mesma direção que instituiu a prática assediadora de convocar as pessoas à sua sala para repreender e ameaçar por qualquer coisa e que costuma dizer em tom de crítica, para pessoas que construíram aquele Centro de Saúde durante duas, três ou mais décadas, que as mesmas envelheceram e já não produzem tanto quanto antes.

Será que os autores/as da carta estariam dispostos a levar seu intento de defender essa direção até o ponto de afirmarem que as mais de uma dezena de companheiras que levaram essas e outras denúncias à duas reuniões com o sindicato estiveram mentindo?

Então, não basta dizer que “são a favor da atuação e organização sindical”; convidamos os companheiros e companheiras que assinam a carta a dizerem se é verdade, ou não, que o Senhor Diretor do CSEB, se tornou o primeiro Diretor desse Centro de Saúde Escola, com quase cinquenta anos de história, a impedir que duas delegadas eleitas por suas companheiras e companheiros para representá-los/as no congresso do seu sindicato, pudessem exercer plenamente a representação da qual foram incumbidas! Não basta dizer que “não compactuam com racismo”; convidamos os e as autores/as da carta a dizerem se é verdade, ou não, que as duas pessoas que foram impedidas de exercer plenamente, no congresso desse sindicato, a representação que receberam de suas companheiras de trabalho eram, ou não, exatamente as duas delegadas NEGRAS, que também sofrem perseguição sistemática, sendo que uma corre diretamente o risco de sofrer punição, a pedido do assediador e em comum acordo com a equipe de direção, e a outra adoeceu (Burnout) por conta das condições e relações de trabalho tóxicas criada por esse diretor e sua equipe de direção!

Além das questões já citadas, a carta traz um parágrafo confuso em que se percebe a intenção dos e das autores/as de deslegitimar as denúncias sob uma alegação de que as mesmas não teriam sido fruto de um “debate construído de maneira coletiva, envolvendo inclusive todas as categorias das diversas modalidades de contrato de trabalho que configuram hoje o coletivo de trabalhadores do CSEB”. Aqui, os e as autores/as da carta

se referem às companheiras contratadas pela SPDM, com as quais, segundo alegam, o sindicato deveria ter construído um debate sobre o mérito das denúncias antes de as publicar. Mas, por desatenção ou eventuais contradições entre si, as/os companheiras/os acrescentam ao final do mesmo parágrafo que, “o sindicato SINTUSP não é representativo de todo o corpo de trabalhadores do serviço, não podendo falar em nome de todos, visto que atualmente mais da metade dos trabalhadores do serviço não tem vínculo com a USP”. Essa questão exige ser tratada com a máxima seriedade. Portanto, vamos por partes; abordando primeiro as relações de trabalho e os diferentes vínculos empregatícios existentes entre os trabalhadores e trabalhadoras do CSEB e qual tem sido a compreensão e a posição histórica do sindicato sobre esse tema em geral e sobre a situação no Centro de Saúde em particular.

O sindicato vê em todas as formas de terceirização, um meio a serviço dos patrões para dividir, enfraquecer e aumentar exponencialmente a opressão e a exploração da classe trabalhadora. Para nós, do sindicato, todas as companheiras, e companheiros que trabalham no CSEB, pertencem à mesma classe trabalhadora explorada e oprimida. O fato de haver pessoas que esquecem disso quando ascendem a algum cargo de mando, e passam a usar as vestes do opressor, não altera essa realidade.

Mas, independentemente de quem as oprime e explora, seja a autarquia USP ou uma limpadora, uma empresa de vigilância ou a SPDM, todas/os companheiras/os sentem o peso da opressão e da exploração aumentando a cada dia. E, o fato de estarem divididas entre efetivas/os e terceirizadas/os, não só dificulta uma ação unificada das/os companheiras/os em defesa de seus direitos, sua saúde e dignidade e, principalmente, contra toda forma de violência institucional como as que têm ocorrido, sistematicamente, no CSEB, como também permite a ação de qualquer um que tenha interesse em usar uns contra os outros como fizeram os autores da carta, ao coletarem 29 (vinte e nove) assinaturas de companheiras terceirizadas, da SPDM, numa tentativa de deslegitimar as denúncias levantadas por companheiras efetivas da USP.

É verdade que o SINTUSP não pode representar de direito trabalhadores e trabalhadoras sem vínculo empregatício com a USP. Mas, de fato, como sindicato classista, e também por determinação de seus estatutos e resoluções de seus oito congressos, o SINTUSP luta pela unidade das fileiras da classe operária, combatendo a terceirização e a precarização do trabalho. Nesse combate, na USP lutamos para que as/os trabalhadoras/es terceirizadas/os sejam incorporadas/os aos quadros de funcionários e funcionárias efetivas/os, sem a necessidade de prestarem concurso público. E, enquanto essa demanda não se concretiza, lutamos para que as terceirizadas e terceirizadas tenham salários e direitos iguais aos efetivos e efetivas da USP. Ou seja, lutamos contra a terceirização, mas não lutamos contra as terceirizadas/os, nossos irmãos e irmãs de classe.

Se os opressores nos querem divididos, para melhor explorar, precisamos fazer o oposto do que esperam de nós e, ao invés de nos dividir, devemos unir nossas forças para combatemos juntos a toda forma de opressão e de exploração! “Paz entre nós e guerra aos senhores”!!!

Voltando ao conteúdo da carta: sim, de fato as denúncias não foram produto de debates. Mas, por não se tratar de teses ou premissas abstratas a serem discutidas, entendemos que não havia e não há necessidade de debate, já que uma parte das denúncias tratam de fatos narrados por companheiras/os que sofreram o assédio na própria pele e/ou presenciaram quando o mesmos assédios caíram sobre a pele de suas companheiras, ou companheiros e outra parte delas foram testemunhadas por diretores e diretoras do próprio sindicato.

Pretender criar ou impor a obrigatoriedade de debates para que denúncias sejam publicadas é absurdo, pra dizer o mínimo. Qualquer pessoa, ainda que isolada, deve ter assegurado o seu direito de denunciar quaisquer violências que tenha sofrido, sendo necessário apenas provar a veracidade dos fatos. Pois é disso que se trata, de denunciar fatos e não de reproduzir debates. E, no caso dos abusos, bem como do caráter abusivo, intransigente e assediador da atual direção do Centro Saúde Escola do Butantã, do seu diretor em particular, esse sindicato foi testemunha ocular, e auricular em várias situações, sobre às quais poderemos discorrer em detalhes, num próximo boletim que se faça necessário.

Por fim, as trabalhadoras e trabalhadores que apresentaram as denúncias ao sindicato não um meio de desabafar apenas, elas buscavam e buscam por fim no ciclo autoritário de assédio moral e abuso de poder ora em curso no CSEB.

Da mesma forma, o sindicato publicou as denúncias com o mesmo objetivo, ou seja, exigir o fim do ciclo autoritário e abusivo, que se abate sobre os trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Saúde. Soubemos que uma pessoa da equipe de direção pediu demissão, mas o diretor autoritário permanece agarrado ao cargo.

Como dissemos no boletim anterior, resta saber se o Sr. Ademir é capaz de mudar sua atitude, coisa que vive exigindo de todas as pessoas. Ou, caso não seja capaz de rever sua postura ou não queira mudar, esperamos que tenha no mínimo a dignidade de se retirar do cargo, em respeito às pessoas que não desejam mais continuar sob seus desmandos.

Por hora, [o primeiro boletim](#) serviu para provocar o debate sobre os problemas levantados entre todas as pessoas do centro de saúde. Conhecendo de longa data, as companheiras e companheiros que ali trabalham, acreditamos que as mesmas e os mesmos não permitirão que o ciclo de debates aberto a partir das denúncias se feche sem dar solução definitiva, seja qual for, ao problema a ser enfrentado.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 – Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br